

RESISTÊNCIAS, AVANÇOS E TENSÕES DO PROJETO SOCIETÁRIO CUBANO NO PENSAMENTO DE FLORESTAN FERNANDES

Maria do Carmo Luiz Caldas Leite¹

Resumo

O legado de Florestan Fernandes traz à tona algumas das interpretações mais relevantes sobre as condições e possibilidades de transformação do projeto societário em Cuba. O pensamento dialético do autor pode ser captado de modo original, desde os desafios abertos pelo passado da sociedade colonial cubana até os primórdios do poder popular. Partindo da afirmação que sua obra integra os estudos mais amplos sobre a Revolução vitoriosa em 1959, por sua vigência, merece ser revisitada. O percurso do presente artigo busca realizar um diálogo entre o sociólogo brasileiro e diversos pesquisadores militantes por um pensamento distanciado do colonialismo cultural, além de expressar reflexões oriundas do trabalho de campo realizado em Cuba pela autora do texto, ao longo das quatro últimas décadas. O relacionamento com professores, alunos e dirigentes das organizações de massa possibilitaram a formulação de uma postura mais profunda acerca da maior das Antilhas. As principais evidências deste exercício apontam que a história da Ilha produziu uma cultura de resistências e uma pedagogia de lutas de características autóctones com claros reflexos nos movimentos revolucionários de nosso continente.

Palavras-Chave: Florestan Fernandes; Revolução Cubana; colonialismo.

RESISTANCES, ADVANCES AND TENSIONS OF THE CUBAN SOCIETARY PROJECT IN THE THOUGHT OF FLORESTAN FERNANDES

Abstract

Florestan Fernandes' legacy brings to light some of the most relevant interpretations for the conditions and possibilities of transforming the society project in Cuba. The author's dialectical thinking can be captured in an original way, from the challenges created by the past of Cuban colonial society to the beginnings of the popular power. Starting from the statement that his work

¹Mestre em Educação pela UNISANTOS; licenciada e bacharel em Física pela PUC-SP. Professora titular de Física da Universidade Católica de Santos (UNISANTOS). E-mail: marialcl@unisantos.br

integrates the broader studies on the victorious Revolution in 1959, for its validity, it deserves to be revisited. The course of this article seeks to conduct a dialogue between the Brazilian sociologist and several militant researchers for a distant thought of cultural colonialism, in addition to expressing reflections from the field work carried out in Cuba by the author of the text, over the past four decades. The relationship with teachers, students and leaders of the mass organizations made it possible to formulate more profound attitude towards the largest of the Antilles. The main evidence of this exercise points out that the history of the Island produced a culture of resistance and a pedagogy of struggles with autochthonous characteristics with clear reflexes in the revolutionary movements of our continent.

Keywords: Florestan Fernandes, Cuban revolution, colonialism.

RESISTENCIAS, AVANCES Y TENSIONES DEL PROYECTO SOCIETARIO CUBANO EN EL PENSAMIENTO DE FLORESTAN FERNANDES

Resumen

El legado de Florestan Fernandes saca a la luz algunas de las interpretaciones más relevantes de las condiciones y posibilidades de transformación del proyecto societario en Cuba. El pensamiento dialéctico del autor se puede plasmar de manera original, desde los desafíos abiertos por el pasado de la sociedad cubana desde la época colonial hasta los inicios del poder popular. Partimos de la afirmación de que su obra integra a los estudios más amplios sobre la Revolución victoriosa de 1959, que por su vigencia merece ser revisada. El curso del presente artículo busca establecer un diálogo entre el sociólogo brasileño y varios autores, que abogan por un pensamiento lejano del colonialismo cultural, y expresar reflexiones desde el trabajo de campo realizado en Cuba por la autora del texto, durante las últimas cuatro décadas. La relación con profesores, estudiantes y líderes de las organizaciones de masas permitió formular una actitud más profunda hacia la mayor de las Antillas. La principal evidencia de este ejercicio señala que la historia de la isla ha producido una cultura de resistencia y una pedagogía de luchas de características autóctonas con claros reflejos en los movimientos revolucionarios de nuestro continente.

Palabras Clave: Florestan Fernandes; Revolución Cubana; colonialismo

Introdução

Partindo das análises do sociólogo e militante socialista brasileiro Florestan Fernandes, este artigo trata dos dilemas e lutas, que desafiaram a Revolução Cubana, a partir do entendimento de que o processo societário em Cuba tem suas raízes fincadas para além de um nacionalismo sem

profundidade. Passados mais de quarenta anos de lançamento da primeira edição de um minucioso quadro teórico, o livro “Da Guerrilha ao socialismo: a revolução cubana” é a expressão da capacidade analítica de Florestan e referência aos pesquisadores debruçados sobre as questões sociais da Ilha. A reflexão de Florestan sobre os fundamentos lógicos da história cubana inspira-se na perspectiva crítica e constrói-se com ela.

A motivação pessoal da presente pesquisa nasceu fortemente influenciada pelo significado histórico da experiência cubana no âmbito das Américas, referência aos povos dos países “periféricos”, o outrora chamado Terceiro Mundo. As considerações apresentadas no texto estão embasadas em um extenso trabalho de campo e em pesquisas bibliográficas de diversos autores, que dialogam com as concepções de Fernandes acerca da construção da nacionalidade cubana.

Assim, o objetivo foi elaborar algumas ponderações que se articulam com minhas experiências de quase quatro décadas em contato com o povo e com as escolas em Cuba. Dos estudos realizados na Ilha brotou a percepção de que isoladas do contexto das lutas contra o colonialismo e o neocolonialismo, as apreciações aqui apresentadas perderiam a força e o significado, especialmente, em razão da carga histórica, que acompanha os processos autóctones, desde a época da dominação espanhola. Os caminhos de uma cultura consolidada nos combates iniciados em 1868 e os trinta anos de luta contra o colonialismo, quando pereceram cerca de quatrocentos mil pessoas - um terço da população da Ilha -, ainda apresentam claros reflexos nas condutas do povo cubano.

A primeira vez que viajei a Cuba, em 1986, Havana já não era a “Paris do Caribe”. Um baú de recordações me traz uma Havana envolta na degradação urbanística, que lentamente vai sendo recuperada, a cidade das perspectivas de um futuro favorável, que convive com condições sanitárias terceiro-mundistas, de um povo nostálgico, cujas memórias de um passado recente remete às décadas anteriores à desintegração do antigo campo do Leste Europeu, ou até mesmo para antes da Revolução de 1959, que parecem constituir um referencial de resistências, bastante representativo

na identidade cultural cubana. A dureza dos tempos vividos realça a resiliência dos cubanos, assim como a sua astúcia e vivacidade, que Florestan descreve com um profundo sentido revolucionário, movido pela paixão política do socialista que foi.

Na Ilha, testemunhei as dificuldades de viver em um país pobre em recursos energéticos e em matérias primas, pressionado pelas forças do bloqueio predatório, que afeta a quarta geração de cubanos. A diversidade nas lutas cotidianas da população cubana me fez aceder às apreciações de Florestan Fernandes, que abordam a vulnerabilidade do processo revolucionário, e às críticas premonitórias tecidas em décadas anteriores aos anos de 1980. Permeado por câmbios em todas as esferas, não somente econômicos, o contexto da maior crise, - o Período Especial -, foi desencadeado pelo desmoronamento do bloco do Leste Europeu e pela extinção da URSS, países com os quais a Ilha mantinha relações comerciais, que alcançavam um percentual significativo de aproximadamente 85%, tanto na importação como na exportação. As dificuldades, que se acirraram de 1992 a 1994, tiveram consequências marcantes ao despertar expectativas, nos âmbitos interno e externo ao país, pois abarcavam elementos capazes de corroer os valores socialistas na Ilha. A consigna era encurralar Cuba, com a arcaica política da fruta madura.

Ao referenciar minha análise em autores que militam por um pensamento distanciado do colonialismo cultural, o artigo procura assumir como premissa fundamental “que a Revolução Cubana foi, antes de tudo, uma revolução contra o subdesenvolvimento” como afirmou Florestan “nutrido pela fusão entre o conhecimento rigoroso e a força da convicção”, segundo palavras de Antonio Candido, no prefácio do livro “Da Guerrilha ao socialismo”.

1. A mescla de diferentes sangues, tradições, sonhos e conflitos

Os credores, por sua vez, acreditam na dívida. ela é sua razão de ser. Sem ela, sairiam do palco. Todavia, o que eles emprestaram e estão tomando de volta? As coisas não batem entre si. Desse ângulo, a dívida deixa de ser uma ficção e se apresenta em sua verdadeira substância real, como o roubo colonial, a

novela que ninguém ousa levar ao palco ou ao vídeo (FERNANDES, 2014, p. 45)

Quando da chegada dos espanhóis à Ilha, em 1492, Cuba era habitada por indígenas. Os conquistadores espanhóis, diferentemente dos perseguidos protestantes que foram à América do Norte, não chegaram com suas famílias para fundar cidades ou lavrar em fazendas, mas queriam somente enriquecer rapidamente com o saque de metais preciosos, escassos em Cuba. O propósito inicial não era dar curso a uma nova civilização, mas conquistar terras e usufruir das riquezas, com toda a rapidez possível. Os nativos foram utilizados na busca de ouro e em trabalhos rudes, enquanto a Espanha transitava por um regime feudal, introduzindo em Cuba a propriedade privada. Pequena, mas centro de defesa do império espanhol, Cuba foi a ilha mais cobiçada pelos interesses de estrangeiros, que aspiravam dominar estrategicamente a região. A posição de Cuba facilitou o desenvolvimento colonial funcionando como entreposto militar e comercial dando suporte à Espanha nas Américas. A exploração do solo e a criação de bovinos era propícia à Cuba pelas suas condições geográficas. No entanto, a extração do ouro e da madeira não teve muito êxito e a criação não foi capaz de expandir a economia. Por um tempo, “Cuba permaneceu como uma pérola sem brilho do império colonial” (FERNANDES, 2012, pág. 46).

A forma com que se viabilizaram as relações entre exploradores e explorados foi o sistema denominado *encomienda*. Aos conquistadores se concedia um grupo de índios, os quais eram submetidos à tutela dos espanhóis. Segundo a lei, os encomendeiros teriam que proteger os aborígenes, dar-lhes instrução e exigir determinados trabalhos.

O enriquecimento dos colonizadores apoiou-se na submissão imposta aos nativos, interrompendo o processo autônomo das comunidades indígenas e implantando em Cuba o regime de servidão. “Na América do século XVI, os espanhóis já aplicaram o princípio da ‘*guerra buena*’ contra os naturais, acusados ora de antropofagia, ora de sodomia”, no dizer de Sosa Rodríguez e Penabad Félix (1997, p.125).

Assim, foi transplantada à ilha a sociedade dividida em classes e a repressão do aparato colonial. Como salienta Saviani (2007, p.47), reportando-se a Marx, pode-se dizer que “para os teólogos, a sua própria religião é considerada obra de Deus, a religião dos demais é obra dos homens, ao passo que para os colonizadores da América, a religião dos índios era obra do demônio”. Entretanto, o processo de dominação da população nativa e a violência dos conquistadores não impediu as marcas dos autóctones no caráter dos cubanos. A aculturação como matriz de poder hegemônico, desde a conquista da América pelos europeus, estava baseada na usurpação, racismo e exclusão dos povos nativos, incapazes de suportar as instituições feudais, que os conquistadores lhes tentaram impor, fazendo-os saltar, sem transição séculos de história.

Apontam muitos historiadores que, no desembarque dos espanhóis, havia na Ilha cem mil indígenas e, após 50 anos, não passavam de cinco mil, dizimados em razão dos maus tratos, do contágio e da perda do interesse pela sobrevivência, como relata Fernandes (1979, p. 20). O genocídio da população nativa, entre a ocupação espanhola e o ano de 1558, acarretou a necessidade de substituí-la pelo cruel traslado em navios, denominados de negreiros, da África a Cuba, de centenas de milhares de seres humanos. O aumento do tráfico de africanos chegou ao seu ponto mais alto no decorrer do século XIX. Nas palavras de Fernandes (2007, p. 46):

Por conseguinte, o que caracteriza a economia colonial cubana, até o fim do século 18, era um dinâmico comércio, movimentado por fluxos metropolitanos, uma economia agrícola diversificada e na qual havia lugar tanto para o produtor branco e livre, quanto para o produtor negro e mestiço, escravo ou livre.

Os homens trazidos da África ocidental não aceitavam mansamente a exploração até os limites da resistência humana. A sua forma de luta era a evasão para os *palenques* situados nos montes. “Homens submetidos a leis que não fizeram, ou que, melhor, que fizeram contra eles, não tinham como enfrentar os que sabidamente não poderiam vencer” (RODRÍGUES RIVERA, 2006, p. 30).

Os negros exerceram todas as tarefas possíveis, desde abusivos trabalhos agrícolas até refinadas obras artesanais, alavancando um desenvolvimento material discriminatório. À medida que o açúcar de Cuba foi adentrando aos mercados europeus, os fazendeiros não hesitaram em fomentar suas empresas com modernos critérios econômicos e idiosincrasia *criolla*. Se com sangue e suor dos negros escravos se construíram as grandes fortunas dos latifúndios com seu espírito de rebeldia se semeou o caminho da independência. Segundo Barnet (1997), de maneira marcante a violência corporal, que os negros padeceram no período de escravidão e durante a guerra de independência do colonialismo espanhol, impregnaram na memória do povo não apenas sentimentos de angústia, mas também um elemento influenciador na construção da identidade do povo cubano. Muitos *cimarrones* fugiram para as montanhas, buscando se livrar do suplício dos açoites e passaram a configurar um grupo de indivíduos desprezados e deslocados da possibilidade de exercer a cidadania.

Como destaca Fernandes (2007), as contradições se agravaram com a expansão do maior complexo agropecuário açucareiro do mundo capitalista – Cuba –, que produzia cerca de um terço do açúcar mundial, sob o interesse dominante dos capitais norte-americanos, que para lá convergiam. Desde 1818, a dominação dos Estados Unidos procurava indiretamente enfraquecer o poder espanhol, com a estratégia de obtenção dos meios de compra direta do açúcar, sem a intermediação espanhola.

Depois de 30 anos de lutas iniciadas por Céspedes e revitalizadas de forma pujante por José Martí em 1895, o colapso do colonialismo na ilha era iminente. Do ponto de vista político, todas as classes sociais do país, de forma ativa ou passiva, repudiavam o regime colonial. A burguesia açucareira cubana, ainda que colaborasse economicamente com a insurreição, estreitava seus contatos com os Estados Unidos e os instava a intervir nos conflitos. Havia chegado a hora de “encarnar a ação e a história do *ethos* patriótico, iluminado pela poesia e pelo pensamento cubano” (VITIER, 2011, p.42).

Os estudos da sociedade cubana, formada por retalhos de diferentes culturas, origens e condições sociais, mostram a acumulação de riquezas da oligarquia submissa aos signos da aristocracia ibérica. As famílias *criollas* foram responsáveis pela revolução agrícola cubana, que conduziu o país no século XIX à posição de primeiro produtor mundial de açúcar, constituindo a chamada plantocracia. Entretanto, Cuba, - um país sem um sistema escolarizado -, onde apenas uma parte ínfima da população recebia algum ensino nos centros urbanos da época, foi a última colônia da Espanha, que governou parte da América “com um braço de ferro ensanguentado”, como disse o Pai da Pátria Manoel de Céspedes (CUBA, 1999, p.7)

2. O frustrado projeto independentista

A substância democrática e popular da revolução cubana não nascia somente de um ideário nacionalista e patriótico. Ela provinha da estrutura da situação revolucionária e do caráter da guerra civil, que envolviam na destruição do Estado neocolonial a neutralização da dominação externa. Os companheiros 'humildes', os milhões de deserdados e esquecidos convertiam-se na razão de ser de uma guerrilha que não poderia fechar-se sobre um estreito (FERNANDES, 2012, p. 116).

O expirar do século XIX foi marcado não apenas pelas lutas de independência contra o colonialismo espanhol em Cuba, mas evoluiu para a guerra Hispano-Americana, com a entrada dos Estados Unidos da América do Norte no conflito. O “estopim da guerra” foi a explosão do U.S.S. Maine, em fevereiro de 1898. Enviado a Cuba para uma visita de cortesia, o navio de guerra norte-americano explodiu enquanto estava ancorado em Havana, matando 260 marinheiros (ACOSTA MATOS, 2005, p. 70).



Figura 1: Tio Sam e Cuba, o *niño* rebelde. Fonte: Pérez Jr (2018)



Figura 2: Bahia de Santiago de Cuba, local onde ocorreram as batalhas navais da guerra hispano-americana. Ao fundo: *Sierra Maestra*. Fonte: acervo da autora.

O poder militar norte-americano interveio em Cuba, impondo uma amarga experiência. Além da maior das ilhas de Antilhas, a derrota

espanhola conduziu a perda das colônias de Porto Rico e Filipinas. Investidores norte-americanos, incluindo fazendeiros individuais e empresas, como a United Fruit, começaram a dominar a produção açucareira no fim do século XIX. Em 1º de janeiro de 1899 foi arreada a bandeira da Espanha do Palácio dos Capitães Gerais em Havana, pondo fim à dominação colonial da Espanha em Cuba. Em seu lugar foi hasteada a bandeira dos Estados Unidos, que despontava como potência imperial no cenário do mundo. O antigo regime colonial não foi nem abolido nem derrocado: ele se adaptou às condições históricas em que ocorre essa revolucionária alteração do padrão de desenvolvimento econômico e sociocultural da colônia (FERNANDES, 2012, p. 50)

As primeiras ações do interventor Leonard Wood foram imobilizar o Exército Libertador cubano e criar a Guarda Rural para conter rebeliões campestinas. Assim estava nascendo em Cuba a condição de neocolônia.

A experiência cubana demonstra que depois de 30 anos de luta pela ruptura do domínio colonial, com o triunfo nas mãos, os chamados amantes da ordem, do progresso da paz e da justiça social impediram aos cubanos a obtenção de seus objetivos de independência e soberania nacional e prepararam o país, em menos de 3 anos para sua condição de neocolônia (COMISIÓN DE HISTORIA DEL SINDICATO SNTECD, 2002, p.1).

À medida que expandia seus tentáculos a outros países, mais os Estados Unidos consideravam Cuba como naturalmente destinada a conformar parte de seus interesses estratégicos. Antevendo o declínio do império espanhol, o nascente imperialismo optou por uma posição prudente acerca da independência de Cuba, para evitar que “fruta” caísse sob a esfera da Inglaterra e, assim, no momento oportuno, caísse sob a sua própria esfera de poder. Essa determinação culminou com a ocupação militar de Cuba de 1898 a 1902.

Um sentimento generalizado de frustração marcou a República, porque a maioria dos cubanos comparavam as realizações das primeiras décadas do século XX com o projeto da Revolução de 1895. Apesar de toda a ofensiva contrarrevolucionária, não deixou de ser uma revolução e, assim sendo, de gerar seus frutos. Nesses termos, é compreensível a continuidade da luta revolucionária em Cuba durante todo o século XX, uma vez que os

cubanos teriam sentido a necessidade de prosseguir os embates como um dever frente ao que viam como um aborto. A independência de Cuba, frustrada pela intervenção militar estadunidense em conluio com a burguesia *criolla*, trouxe à tona um forte racismo e não assegurou as demandas dos afro-cubanos, que lutaram contra Espanha. A ocupação de Cuba estendeu-se até 1902, consolidando a reorganização do sistema político, em função de interesses neocoloniais. Nesse bojo, a influência estrangeira significou a interrupção, entre outras questões, do legado pedagógico dos pensadores cubanos, entre eles José Martí, desenvolvido nos séculos anteriores.

O neocolonialismo em Cuba, na primeira metade do século XX, foi marcado pela extrema dependência econômica, pela monocultura do açúcar, destinada a um único mercado, o dos Estados Unidos; pela miséria social, composta por desemprego, analfabetismo, prostituição, corrupção e pelo predomínio da opressão política, social e cultural: racismo, guerras e intervenções militares e imposição dos valores culturais do país dominante. Mecanismos diversificados de apropriação comercial deslocavam para fora de Cuba os frutos do complexo agropecuário açucareiro, representando o cruel mecanismo de reprodução da ordem neocolonial, que oprimia a maioria da classe trabalhadora cubana rural e urbana. Desde que puseram os pés na Ilha, os Estados Unidos praticaram a falsa política pan-americanista para tomar nas suas mãos a “fruta madura”:

Em resumo, a fruta alcançou seu máximo estado de amadurecimento e passou das mãos da *madre pátria*, como diziam os peninsulares no início do século XIX, às mãos da madre desnaturalizada ao fim desse século, que por não querer comprometer-se em escala mundial, se ergue como árbitro em defesa de nosso país (COMISIÓN DE HISTORIA DEL SINDICATO SNTECD, 2002, p. 4).

Com o fim das guerras, a chamada Emenda Platt oficializou o direito a novas intervenções militares, autorizava o governo dos Estados Unidos a arrendar as terras necessárias para bases navais, que Cuba não celebraria tratados com nenhum outro poder estrangeiro e não autorizaria que outros estrangeiros obtivessem territórios da Ilha. A emenda foi provada em 2 de março de 1901 pelo Senado dos Estados Unidos e convertida em apêndice

da Constituição cubana de julho do mesmo ano. O *Tratado Permanente de Reciprocidad*, assinado em 22 de maio de 1903 pelos governos de Cuba e Estados Unidos, constituía uma relação distinta no comércio entre os dois países, o que terminou por vincular fortemente as importações e as exportações da Ilha, sobretudo do açúcar, aos Estados Unidos. A presença de tropas militares, após a eleição do primeiro presidente cubano em 1902, era um expediente comum na primeira metade do século XX, sendo requerida pelos próprios governantes cubanos, sempre que os conflitos ameaçavam a manutenção da ordem. Foi assim que a Baía de Guantánamo ficou sob o controle estrangeiro até os dias de hoje.

Fernandes (2012, p. 82) aponta as condições de cumplicidade entre os estratos privilegiados da sociedade cubana e as nações centrais, traduzidos na concretização de um Estado neocolonial. Independentemente do ponto de vista político, as nações latino-americanas foram lançadas em uma situação de dependência estrutural diante das potências capitalistas, tendo como encargo fornecer matérias primas e produtos agrícolas para a Europa e os Estados Unidos. “Em todas as esferas prevaleciam controles indiretos e descentralizados operados à distância: a órbita nativa funcionava como cadeia de transmissão e, com frequência, de execução” (ibid., p. 73).

Segundo Pérez Jr (2018), Cuba ocupa um lugar especial na história do imperialismo norte-americano porque foi uma espécie de laboratório para o desenvolvimento de seus métodos na criação global. As consequências da intervenção Estados Unidos em Cuba tiveram um impacto decisivo na forma pela qual os estadunidenses projetam seu poder para fora de suas fronteiras. Essa ação foi celebrada como resultado das qualidades que os estadunidenses mais admiravam em si: o apoio à liberdade, como uma questão imanente, ou seja, deles próprios, e a convicção de que seus propósitos morais eram a razão suficiente para impulsionar o uso da força em outros países. Quando se somam os meios utilizados pelos vizinhos do norte na Ilha, observamos um microcosmos da experiência imperial no mundo: intervenção armada e ocupação militar; elaboração de uma constituição; penetração do capital e saturação cultural; estabelecimento de

base militar permanente; assistência econômica ou a sua negação, segundo requeiram as circunstâncias. Tudo o que empreende na atualidade, o imperialismo já havia praticado em Cuba.

Com as transformações operadas em Cuba, durante décadas, surgiu um quadro de instabilidade política, que os Estados Unidos buscavam controlar através do seu poder militar, diplomático e político com por meio de “uma satelitização que privaria Cuba de qualquer autêntica soberania nacional (FERNANDES, 2012, p. 64). Em 1958, os bens estadunidenses em Cuba representavam nada menos que 40% da produção açucareira, 90% dos serviços de eletricidade e telefonia, 50% das ferrovias e 23% das indústrias não açucareiras. Nos últimos meses deste ano, diante das investidas do exército rebelde, os arrivistas das forças armadas de Batista trataram de encontrar um lugar favorável para seus interesses. Fernandes (2007, p. 73) definiu a Ilha como “um apêndice segmentar e especializado dos Estados Unidos”.

3. A anatomia do entusiasmo

As grandes revoluções criam seus mitos. E eles por sua vez definem sua realidade histórica e seu impacto utópico. A revolução cubana não escapou a essa regra. Nem poderia. Os mitos eram demasiado importantes para ela, como fatores de compensação psicológica e política ou em fase das exigências da situação histórica. A pequena Cuba tinha que superar-se a si mesma para vencer o neocolonialismo, o veto estadunidense e as dúvidas que pairavam sobre a própria revolução. Os únicos aliados certos, a massa de trabalhadores, livres e semilivres, careciam, também da forte utopia e de um ímpeto vigoroso da boa-fé ou da irredutibilidade na identificação da utopia. Aí se acham as raízes psicológicas, culturais e políticas da aura de romantismo, que impregnou até a medula a revolução cubana (FERNANDES, 2007, p. 210)

Desde o presídio na antiga *Isla de Pinos*, no início de 1954, onde cumpria uma pena de 15 anos pelo assalto ao Quartel Moncada, Fidel Castro escreveu uma carta, narrando a sua experiência sobre as injustiças, que vislumbrava na vida cotidiana em Cuba de então e, de maneira particular, narrou a visita realizada no início de 1953, a uma escola rural, onde começou a estudar quando ainda não havia completado 5 anos. Na missiva ele apontava que:

Tudo o que se fizesse relativo à técnica e à organização do ensino, nada valeria a pena sem alterar de maneira profunda o *status quo* econômico da nação, ou seja, sem dar condições à massa popular, onde está a única raiz da tragédia. Mais do que nenhuma teoria, me convenço disso através dos anos e da palpitante realidade vivida (BLANCO CASTIÑEIRA, 2018, p.21).

Dada a tradição de lutas e de rebeldia popular, que desde a época da colônia caracterizou o oriente de Cuba, os insurgentes decidiram atacar os quartéis de Santiago. Do grupo, composto por 135 atacantes, 65 deles foram mortos, a maioria feitos prisioneiros e torturados. Fidel e um punhado de homens lograram reunir-se nas montanhas, porém em 1º de agosto de 1953 foram presos pelo exército de Batista. O líder do movimento havia manifestado em muitas ocasiões o rechaço à inoperância da oposição legal ao regime que, em plena Guerra Fria, limitava-se a denúncias no âmbito do congresso. Foi a partir desse contexto que Fidel e um pequeno destacamento, autodenominado *Generación del Centenario*, de diversas procedências geográficas e sociais, adotaram a estratégia insurrecional. Para esse grupo de jovens era impossível tolerar passivamente que, 100 anos depois do natalício de Martí, reinasse na nação cubana o despotismo e a entrega das riquezas da Ilha e que isso sucedesse sem mostras da rebeldia, que o próprio Apóstolo da independência demonstrara desde sua infância e sua juventude. Preso, Castro cumpriu apenas menos de dois anos da pena e ao ser libertado, exilou-se no México, de onde voltaria para organizar a resistência a partir do Movimento 26 de julho (M26), de vocação guerrilheira. É no exílio que ele se une a Ernesto Che Guevara e Camilo Cienfuegos, comandantes que, junto a Raúl Castro, conformariam os quatro maiores dirigentes do movimento. É durante este período em *Sierra Maestra* que começa a se construir a figura do mito.

Esses fatos não foram apenas uma maneira de expressar a consciência geracional, mas sobretudo foi a forma de sustentar uma postura crítica acerca da sociedade e da necessidade de subverter os traços de decadência moral, de dependência externa, do estancamento econômico sobre uma base monoprodutora e monoexportadora, com crescente polarização social e aumento da miséria entre as classes trabalhadoras. Fernandes afirmou,

que a guerrilha do Movimento 26 de Julho representava muito mais que uma luta armada. Era a outra face da guerrilha. “A sociedade cubana vivia um clímax revolucionário – ela parecia muito frágil, mas era imbatível, porque se tornara a herdeira e a parteira de uma guerra civil, que se atrasara no tempo, mas não em seu potencial revolucionário” (FERNANDES, 2007, p.126).

O triunfo da Revolução, em 1º janeiro de 1959, produziu-se num momento de esplendor da cultura cubana, em que as onipresentes formas norte-americanas de viver eram submetidas a um escrutínio constante. Em março deste mesmo ano, o governo revolucionário confiou à ex-guerrilheira Vilma Espin a missão de organizar as mulheres para incorporá-las gradualmente de forma massiva aos diferentes âmbitos sociais, econômicos e culturais. Pela primeira vez em Cuba as *féminas* passaram a ter acesso à superação educacional e assumiram o papel de protagonistas da história do país, comprometidas com a nova realidade que se abria. Agrupadas na Federação de Mulheres Cubanas (FMC), as revolucionárias iniciaram um longo caminho para romper a arraigada cultura patriarcal e encarar os enormes desafios que se abriam na constituição de novos valores societários, edificando escolas e hospitais, participando massivamente das campanhas de vacinação, da Escola de Superação para Domésticas e das escolas *obrero-campesinas*.

A luta contra a tirania de Batista aglutinou trabalhadores urbanos e rurais, estudantes, segmentos de todas as classes sociais descontentes com os rumos da República *Mediatizada*. A história que se lançava em Cuba, a partir da guerrilha, trouxe novas aspirações revolucionárias e acumulou forças perenes vitais para a procedência revolucionária. Segundo Fernandes (2012, p. 112):

A guerrilha desempenhou cinco funções distintas. Primeiro, abriu, por via militar, um espaço histórico para a atuação organizada das forças sociais revolucionárias. Segundo, retirou a guerra civil do estado de intermitência prolongada e de eclosão esporádica, de baixa ou nenhuma eficácia política. Terceiro, lançou à guerra civil a massa da população e tornou ativos contra a ordem e a mão armada os “proletários” e os “humildes”, no campo e na cidade. Quarto, elevou, assim, o teor revolucionário da guerra civil e o manteve aceso, ao servir de garante às aspirações econômicas, sociais e

políticas das classes trabalhadoras e da população pobre (graças a esta função da guerrilha, as alterações revolucionárias absorveram o impacto do setor excluído da sociedade cubana). Quinto, operou, do começo ao fim, como a bússola política da revolução que deveria extinguir a guerra civil, canalizando politicamente as energias sociais virgens, que as classes trabalhadoras e a população pobre lançaram no circuito histórico, e orientando-as no sentido de que atuassem, coletivamente, como o motor da revolução nacional e democrático popular.

A imagem de uma Cuba, popular e corajosa, que soube enfrentar seus principais inimigos e as ditaduras nacionais, que a exploravam, foi amplamente veiculada no mundo. Através de pronunciamentos constantes, Fidel ajudou a forjar na população cubana uma posição irredutível, ancorada nos valores da revolução, o que fez de Cuba uma nação apta para enfrentar os opositores de fora e de dentro. “Era uma luz que se acendia no escuro ambiente conservador que então se vivia no continente” (HARNECKER, 2001, p. 7).

A revolução de carácter autóctone foi, para as forças progressistas da América, quase uma redenção e o seu logro a profunda imagem metafísica dos conceitos de povo e pátria. Desde os finais do século XIX, a proposição de Pátria era um conceito poderoso, que elevava às alturas o significado de ser cubano e tinha uma enorme capacidade de mobilização popular e de coesão nacional. O extraordinário triunfo das armas e a união contra o governo de Batista, conferiu aos insurgentes um enorme sentido de poder. “Os cubanos haviam se apropriado de sua história com todo o direito à sua autodeterminação” (PÉREZ JR, 2016, p. 542).

Entretanto, como afirmara Martí (1975, t. 13, p. 269), “pelear é uma coisa e governar é outra”. A revolução não escapou ao sentido político penetrante do legado martiano, de que o grave problema com o qual as nações hispano-americanas se confrontariam era a herança colonialista centenária, cuja anulação exigia uma árdua tarefa de educação. Por este motivo, os revolucionários atacaram duramente os “homens de sete meses”, que se envergonhavam de sua origem e prestavam homenagem aos valores do invasor estrangeiro. O apóstolo nacional de Cuba havia estabelecido a primazia de defesa aos mais sofridos: o camponês pobre, o mestiço e o negro. Para Martí, (ibid., p. 270), a maior pobreza e a mais difícil de ser

vencida é a incultura, assim como a classe *obrera* não nasce por si, sendo uma tarefa que vem no bojo das revoluções: “o mais árduo não é alcançar o poder, mas sim criar a massa de proletários organizados e fazê-la emergir da grande massa de oprimidos”.

Nos primeiros anos da revolução ocorreu uma espécie de encantamento recíproco entre intelectuais e políticos, na euforia das emoções liberadas, após séculos de colonialismo e da república *mediatizada*. Contrariamente a outras revoluções, como a russa e a chinesa, o governo cubano manteve a bandeira e o hino nacional e robusteceu a imagem de seus líderes, sobretudo José Martí e Antonio Maceo. A nascente revolução se aferrou aos alertas de Martí, que apontavam a atitude ingênua, tão comum aos povos recém-independentes: a crença de que a dependência colonial seria suprimida apenas com a derrota dos exércitos imperiais, o anúncio posterior da república e a consolidação de um projeto libertário profundo, destinado a erradicar todas as deformações criadas pela dominação estrangeira, tanto econômicas, como políticas. Profeticamente Martí (1975, t.6, p.19) advertiu: “o problema da independência não era o câmbio de formas, mas sim o câmbio de espírito”.

4. O desatamento das inquietações

O mais importante para nós, na via cubana, não está na guerrilha, mas no modo pelo qual os guerrilheiros conquistam o apoio dos camponeses e proletários agrícolas para a revolução. Um partido revolucionário de grande porte terá de chegar ao exército do povo e à guerrilha quando a guerra civil se tornar uma guerra civil a quente, de escala nacional. Dar prioridade à guerrilha seria quando menos infantil, desde que as revoluções não se repetem enquanto história, mas em suas estruturas, no que elas possuem em comum graças à luta de classes (FERNANDES, 1981, p. 70)

O movimento *26 de Julio*, em um primeiro momento, aglutinou setores antagônicos: a burguesia, que queria mudanças dentro da ordem, e trabalhadores que queriam transformações, buscando a revolução contra a ordem. A classe média abastada via a revolução como um caminho necessário, mas com a consolidação imbricada aos seus interesses. Entretanto, as reformas assumiram uma lógica própria. As expropriações e

nacionalizações realizadas em brevíssimo período revolucionário, moveram profundamente os cimentos da estrutura capitalista cubana e sinalizaram a orientação socialista da Revolução, ainda que o vocábulo socialismo estivesse ausente durante meses da nomenclatura oficial e da linguagem dos líderes revolucionários. Com as primeiras medidas do governo revolucionário, não tardaram as inquietações nos países vizinhos da zona do Caribe:

Em 27 de julho de 1959, foi realizada uma conferência de Chanceleres da OEA, convocada por Rafael Trujillo, *presidente da República Dominicana. Na raiz deste fato, disse Fidel Castro: “Vemos que se convoca uma conferência quando o infeliz Trujillo tem problema com os dominicanos. Então, para salvar Trujillo ou porque ele diz que há tensão no Caribe, se convoca uma conferência, quando se deveria convocar para salvar a vida de crianças, que morrem todos os anos por falta de comida, de remédios e de desenvolvimento econômico para o povo”* (PÉREZ SUAREZ; CANER ROMÁN, 2006, p. 110).

Cuba estava cindida entre duas forças sociais antagônicas. De um lado, a chamada “*peonagem*”² miserável, vítima preferencial dessa ordem, que a colocava em condições de vida regidas pela superexploração, consumo predatório da força de trabalho, miséria, fome, doenças, analfabetismo e nenhuma perspectiva de superação de tais condições. Por outro, as chamadas “classes possuidoras nativas”, voltadas ao mundo exterior, partícipes do processo de “americanização de Cuba”, sob o signo da subserviência aos ditames dos centros de poder internos e externos. Para Fernandes (2007, p. 80), em uma sociedade neocolonial, não havia como levar a revolução para dentro do capitalismo. Todas as correntes almejavam a libertação nacional, ainda que os revolucionários ao descer de *Sierra Maestra* não explicitassem a sua clara opção ideológica, o que foi se definindo no desenrolar dos anos:

A revolução dentro da revolução estava contida no castrismo desde 1953. Ela não constituía, porém, o que se poderia chamar de um projeto político proposto de antemão. No primeiro semestre de 1959, os atos promoveram está evolução. Para manter-se sob o compasso da Revolução Cubana e para poder servi-la até que ela completasse todo um ciclo, o movimento castrista

² “Peonagem” é a expressão cunhada pelo antropólogo e historiador cubano Fernando Ortiz (1881-1969) para designar o trabalhador rural quase escravo.

se vê obrigado a ultrapassar-se como filosofia política revolucionária e a superar-se como práxis revolucionária (ibid., p.79).

Diante das contradições e da necessidade de extinção das marcas perversas do passado histórico colonial e neocolonial - levando-se em conta a condição de inexequibilidade dessas formas -, as forças sociais que não estavam comprometidas com essa ordem de poder entraram em cena em Cuba.

Perante a impossibilidade de encontrar saídas para as contradições da ordem social neocolonial, fez-se inadiável a construção de um rumo socialista para Cuba. Caminho esse que implicaria na estratégia guerrilheira de conquista do poder para consolidar a transição para o socialismo. Para Fernandes (2007), a guerrilha foi um instrumento que, brotando das estruturas em crise, potencializou o desabrochar da mentalidade comprometida com a causa revolucionária. Promoveu, sobretudo, a postura dos guerrilheiros no sentido da ação política revolucionária. Desde 1902 até 1959, Cuba foi governada por uma série de políticos corruptos, mantendo a economia do país dependente do controle norte-americano (da ordem de 80% ou mais), em especial, no que se refere ao açúcar e outros poucos produtos agrícolas para exportação.

Ao procurar as transformações comprometidas com a ascensão aos níveis crescentes de emancipação social - saúde para todos, educação universal e gratuita, habitação digna e condições de trabalho não explorado, entre outros aspectos -, com o compromisso social de todo povo e com a proscrição dos processos que sustentaram o país sob o domínio colonial espanhol e, posteriormente, sob o domínio norte-americano, gradativamente, foram dados os primeiros passos na construção da nova sociedade cubana.

Fernandes (1979) põe em destaque os pilares do processo, que levou Cuba a romper com os duzentos anos de luta contra o poder forâneo: o espanhol colonizador e o norte-americano imperialista. Enfim, isto significou que o potencial revolucionário de enfrentamento das forças destrutivas do capital era inevitável:

Em suma, no processo da conquista do poder, a própria revolução social foi antecipada. A atividade legislativa e executiva que o exército rebelde forjou, construiu o espírito revolucionário do guerrilheiro dentro da ação. E, o que é mais importante, como parte de uma realidade vivida e compartilhada com os humildes, envolvendo aquele espírito revolucionário, assim, pela participação, pelo compromisso moral e pela solidariedade política com a situação de interesses e de valores das classes trabalhadoras e da população pobre (ibid., p. 129).

Em nome das demandas da massa de desamparados, famintos e explorados historicamente foi que o governo revolucionário priorizou agudas transformações sociais no campo e na cidade. Segundo Rodríguez (1979), para aprofundar o processo revolucionário, fez-se urgente superar as relações mercantilizadas do passado e enfrentar as pressões e interesses contrarrevolucionários burgueses. Tal superação viabilizou-se pelas Leis da Reforma Agrária, que fixou o máximo de terra a ser explorada por proprietário em 402,6 hectares. Caso isso não fosse cumprido, em um prazo de dois anos, seria aplicada a expropriação forçada, o que foi realmente feito quando da 2ª Lei de Reforma Agrária, que reduziu este limite para 67,1 hectares. A partir de maio de 1959 e em outubro de 1963, ocorreu a estatização das propriedades rurais e a ampliação de mecanismos de promoção de qualidade de vida, no campo e na cidade.

A primeira Lei da Reforma Agrária entregou o título gratuito de propriedade a mais de 100 mil pequenos arrendatários cubanos e colocou nas mãos do Estado as grandes extensões não parceladas de terra que eram administradas diretamente pelos latifundiários, passando a ser exploradas pela nação, como propriedade de todo o povo.

A Revolução Cubana se apresentou como uma incongruência para o marxismo oficial vigente na sua época (que a interpretou como um processo pequeno-burguês), quando essa cumpria, contudo, com boa parte do programa do marxismo com respeito às tarefas da revolução social. Desde sua gestação, a Revolução prefigurou traços que marcariam o perfil de sua hegemonia futura, à medida que: a) concebeu a luta revolucionária como a dialética do esgotamento de vias legais, insurreição armada nos campos e guerrilhas urbanas, mobilização política do tramado social por meio de greves, coleta de fundos, manifestações, movimentos de solidariedade com as vítimas da repressão, sabotagens, ações de propaganda, entre outros; b) construiu um exército revolucionário de extração popular; e c) organizou a administração civil nos territórios liberados (ZALDÍVAR, 2011, p. 20)

As novas orientações do planejamento central revolucionário priorizaram a industrialização do campo, o incremento das atividades de mineração e a urbanização, dentre outras iniciativas. A partir desse momento, a burguesia nacional passou a adotar atitudes de agressão e boicotes ao processo revolucionário, dentre os quais se destacam: o abandono da direção das empresas, a recusa em comercializar produtos e serviços e o financiamento de grupos contrarrevolucionários. Esse fato levou à estatização de 383 empresas industriais e comerciais de capital nacional e a função bancária passou a ser exercida unicamente pelo Estado. O importante era romper com o modelo de crescimento desigual presente na história cubana. “A revolução quer asas e os governos querem pés” (MARTÍ, 1975, t. 5, p. 107).

Em 9 de janeiro de 1960, foi iniciada em toda a Ilha a demolição dos muros dos quartéis. Após 19 dias, centenas de operários da construção, estudantes universitários e contingentes da população, em jornadas de trabalho de três turnos diários, converteram o sombrio Quartel Moncada na *Ciudad Escolar 26 de Julio*, com capacidade para 2000 crianças. A *Ciudad Libertad*, que foi até 1959 o Colúmbia, uma típica e vasta instalação militar, onde se gestaram as piores causas, passou a ser um enorme conjunto com escolas de ensinos primário, secundário, especial e superior, na qual, a pista de aviões de guerra transformou-se numa plantação de produtos orgânicos. Nesse contexto, teve transcendência política e moral a conversão de 69 quartéis em escolas com capacidade para 40 mil alunos.

Ainda no mesmo ano de 1960, em 14 de outubro, o vitorioso movimento revolucionário anunciou uma nova política, segundo a qual cada inquilino se tornaria proprietário. A lei da reforma urbana, o último dos compromissos históricos a promulgar-se, promoveu uma profunda transformação no país, reconheceu o direito de toda família a ter uma habitação e traçou diretrizes a curto, médio e longo prazo. De imediato, a lei aboliu os aluguéis de imóveis urbanos residenciais e comerciais e garantiu às famílias que habitavam imóveis alugados a compra dos mesmos, por parcelas correspondentes ao preço do aluguel cobrado pelo proprietário em

um espaço de tempo que poderia variar de 5 a 20 anos. “A Revolução havia ido mais longe e muito mais rapidamente do que as mentes mais audazes puderam prever” (BUCH; SÚAREZ, 2004, p. 494).

Assim, também foram priorizadas as políticas públicas de saúde, alimentação/nutrição e habitação, com especial atenção à educação e às políticas de geração de postos de trabalho. Seguindo os princípios de Martí, predominaria o modelo que articula o estudo com o trabalho. Graças a esses esforços, a população cubana até a atualidade destaca-se pelo elevado nível de escolaridade e pelo usufruto de serviços de saúde pautados pela lógica da prevenção e do direito universal, com a promoção de iniciativas como o Programa Médico da Família. Convém ressaltar que o modelo de saúde cubano nasceu ainda nos tempos da guerrilha, na *Sierra Maestra*, quando os camponeses eram atendidos por Che Guevara e seus companheiros profissionais de saúde. Em agradecimento, aderiam à causa revolucionária e se sensibilizavam diante da essência democrática dessa luta. Para Fernandes (2007, p. 116):

Os companheiros 'humildes', os milhões de deserdados e esquecidos convertiam-se na razão de ser de uma guerrilha, que não poderia fechar-se sobre um estreito circuito político-militar. Por isso, ela aparece, independentemente dos movimentos políticos a que se vinculasse, como o equivalente do partido de massas revolucionário e tem de preencher funções políticas análogas. [...] Não há um 'repouso do guerreiro'. [...] O 'espírito guerrilheiro' teria de inspirar um partido revolucionário criado depois da conquista do poder e, o que era mais complexo, deveria delimitar até onde chegaria à revolução cubana através do novo Estado, da nova sociedade e do novo homem.

A classe trabalhadora, assim, seria o motor da sociabilidade solidária, que sustentava a defesa dos ideais da Revolução Cubana. Ideais esses que historicamente vinham sendo postergados pelas crises sucessivas e crônicas presentes, desde os anos 1920. Ao referir-se às transformações da economia cubana, Fernandes (2007) analisou vários aspectos que considerou cruciais para a compreensão das realizações impossibilitadas no decorrer dos processos revolucionários nos primeiros lustros do século passado, que se concretizaram no processo revolucionário de 1959, reafirma suas preocupações em relação ao que denomina como política

popular, que, a seu ver, em Cuba concretizou-se de modo imperfeito e ainda incompleto. Assim sendo, expressa sua dificuldade em admitir os seguintes aspectos da realidade histórica cubana concernentes à forma política de democracia popular:

Ela é incompleta porque os mecanismos da eleição direta se esgotam na base, no nível municipal do poder popular (no qual ele se confunde com o poder local). O que significa que o impulso dinâmico da democratização plena foi contido a esse nível, como se ele só tivesse de ser recebido e absorvido pelo poder local. E é imperfeita porque aceita e consagra modalidades de representação, que são avessas à própria essência da democracia socialista, e porque acolhe interferências políticas que se tornam potencialmente negativas, à medida que elas podem associar-se à representação e enrijecê-la (ibid., p. 314).

Ampliando seu leque de preocupações, Fernandes faz referência ao fato de que o poder popular – importante para evitar qualquer expressão de dominação – pode ser convertido em fonte de preponderância organizada e institucionalizada por via da forma política assumida pelo próprio poder popular. E exemplifica, a partir da maneira como são feitas a indicação, a seleção e a confirmação de membros dos comitês executivos das assembleias municipais e provinciais. Para o autor, o poder popular institucionalizado restabelece a máxima de que o socialismo é transitório e necessita ser consolidado enquanto condição para a passagem para o comunismo, que estará sempre no horizonte das possibilidades. Assim sendo, a Revolução Cubana carrega em si, segundo Fernandes (ibid., p. 327), uma responsabilidade porque:

[...] ela retira a América Latina da constância das 'revoluções interrompidas' e da retórica ideológica 'liberal', que proclama o reformismo e o nacionalismo democrático, enquanto o capital se vale da força bruta dos militares e da opressão como estilo de vida. A internacionalização das economias somente beneficia os interesses financeiros nacionais e estrangeiros. Os trabalhadores assistem atônitos ao espriar de uma 'abundância' que não os alcança e que multiplica sem cessar os índices de miséria, de migrações dos miseráveis, de violência contra os desvalidos, de exclusão, espoliação e marginalização dos mais humildes.

A centralização do poder governamental revolucionário nas mãos da vanguarda guerrilheira, com Fidel à frente, era um processo aceitável na conjuntura do desenvolvimento da Revolução e da transição ao socialismo, na perspectiva dos líderes do movimento. A tarefa fundamental, após

afiançar sua legitimidade como expressão da vontade popular e de garantir a vitória da Revolução, estava voltada à sondagem das formas políticas, que o poder das massas adotaria posteriormente, em uma etapa mais avançada no quadro de transição. Che Guevara (1988), afirmou que as leis do marxismo estavam presentes nos feitos da Revolução independentemente de que seus líderes professassem ou conhecessem perfeitamente, desde o ponto de vista teórico, essas leis. A tese em que insistiam os manuais marxistas de que o ser social determina a consciência social tinha para Che um valor absoluto, porém ele rechaçava energicamente sua interpretação dogmática, porque compreendia, como ninguém, o seu caráter desmobilizador para o movimento revolucionário. Segundo Martínez Heredia, 2001, p. 59):

Che assume uma posição filosófica que privilegia a ação consciente e a organiza como criadora de uma realidade social, uma filosofia marxista-leninista da práxis, de frente ao determinismo social, que considera os câmbios como o resultado de uma ruptura necessária, neste caso de força fecunda com respeito às relações de produção, em correspondência com a necessidade para a transição socialista

O desenvolvimento da Revolução Cubana pode ser compreendido, através da constatação do próprio Fidel, como essencialmente martiana - do Movimento 26 de Julho, organismo central na condução da luta revolucionária em *Sierra Maestra* à Havana. Ele teve em suas palavras o cuidado de frisar o caráter martiano da revolução socialista, adscrito ao pensamento marxista, sem a pretensão de converter Martí num discípulo de Marx. Em entrevista a Ramonet, Fidel assim resumiu a evolução do movimento revolucionário ao socialismo:

No início da Revolução, como se combateu o anticomunismo exaltado que foi fomentado em algumas pessoas? Um anticomunismo que deu lugar a deserções e coisas do tipo, porque muitos estavam envenenados; porque aqui não havia uma consciência, uma cultura socialista. Foram as leis, foi o discurso, o exemplo, que criaram essa consciência (RAMONET, 2006, p. 638).

Nos primeiros dias do governo revolucionário, um conjunto de medidas foi adotado tendo em vista a concretização do programa político da revolução. Para Rodríguez Rivera (2005, p. 110), “a lei da reforma agrária, mais antifeudal que socialista, desatou um enfrentamento que perdura há

anos”. A máxima direção revolucionária reafirmaria que os trabalhadores eram os pilares básicos do processo e estes demonstravam o respaldo à revolução, que em consequência punia a contrarrevolução de forma rígida.

A primeira Lei da Reforma Agrária entregou o título gratuito de propriedade a mais de 100 mil pequenos arrendatários cubanos e colocou nas mãos do Estado as grandes extensões não parceladas de terra que eram administradas diretamente pelos latifundiários, passando a ser exploradas pela nação, como propriedade de todo o povo (COMISIÓN DE HISTORIA DEL SINDICATO SNTECD, 2002, p. 31).

O governo dos Estados Unidos, replicou fortemente às medidas revolucionárias, embargando as exportações para Cuba. A resposta foi dada em 24 de outubro de 1960, quando o governo cubano nacionalizou sessenta e seis empresas norte-americanas. Para a Revolução iniciava-se uma nova etapa – não menos carregada de perigo – pois em janeiro de 1961, Washington, unilateralmente, ao romper as relações diplomáticas com Cuba, proibiu seus cidadãos de visitar a ilha. Como resposta, em abril do mesmo ano, Fidel Castro proclamava o caráter socialista da movimento revolucionário (BUCH; SÚAREZ, 2004)

A consolidação das relações entre Cuba e URSS ocorreram no início dos anos 1960, mas somente adquiriram maior grau de entrelaçamento na segunda metade desta década. No primeiro convênio comercial com a URSS, os soviéticos se comprometeriam a comprar mais de 400 mil toneladas de açúcar cubano em 1960, 1 milhão de toneladas anuais entre 1961 e 1965 a preços do mercado mundial e conceder 100 milhões de dólares em créditos com vencimentos de 12 anos e 2,5% de juros ao ano, destinados à compra de equipamentos. A Revolução Cubana partilhou do paradigma que refere o socialismo ao desenvolvimento das forças produtivas, afirmado e difundido com o triunfo da Revolução Russa. Essa aliança postergou o enfrentamento das contradições que caracterizam o subdesenvolvimento, que afloraram com o fim da União Soviética e o chamado “Período Especial” (ACOSTA, 2008).

Como resultado das medidas adotadas pelo movimento revolucionário, produziram-se mudanças nos latifúndios e os esquemas de ganhos do capital internacional em Cuba. Isso atingiu, principalmente, os

interesses dos capitalistas norte-americanos na ilha, além de ter desencadeado uma série de agressões e retaliações que envolveram não apenas a invasão de Praia Girón, mas o estabelecimento de um bloqueio econômico por parte do governo estadunidense a Cuba. Esta trajetória explica, relativamente, os motivos pelos quais os estadunidenses jamais aceitaram a soberania cubana, pois além de lhes impor uma derrota moral, a revolução provocou a perda de horizontes especulativos.

A Revolução Cubana não se inspirou em partidos clássicos, mas nos ideais organizativos de Martí, denunciante em sua época da notória desunião das forças favoráveis à independência. Com o triunfo da revolução, na ideia de unidade criaram-se espaços de participação política, num quadro de grandes adversidades. Tendo mudado completamente a feição do país, o movimento revolucionário tratou de criar mecanismos de contato entre o governo e as massas, que se adequassem às novas relações sociais pós-revolução. É aí que se situa a fundação de uma variedade de organizações, que se tornaram protagonistas na sociedade cubana. A centralização econômica e administrativa, conjugada com a mobilização da popular, especialmente através dos Comitês de Defesa da Revolução, conformou o dispositivo das massas voltadas a uma nova cultura política, baseada no “Homem Novo” guevariano e no esforço coletivo pela revolução. Com a solidificação das relações comerciais entre Cuba e a URSS, principal opção no enfrentamento ao bloqueio, incluíram-se nas diretrizes pedagógicas cubanas os aportes das experiências socialistas, alicerçadas nas formulações do marxismo-leninismo em matéria de humanismo e da elevação das capacidades intelectuais do homem

Em 1965, é fundado o atual Partido Comunista de Cuba (PCC), substituindo o seu congênere criado em 1963, o Partido Unido da Revolução Socialista (PURS), e o antigo Partido Comunista de Cuba, o Partido Social Popular (PSP), que existia desde antes da Revolução de 1959. O exército rebelde, cerne do movimento guerrilheiro da Revolução, converteu-se em criador das políticas sociais e econômicas da nova Cuba "Ao converter-se em equivalente do partido da revolução, o exército rebelde erigiu-se no

'estado dentro do estado', servindo como catalisador das decisões de maior alcance e, também, como núcleo das funções governamentais" (FERNANDES, 1979, p. 181).

Considerações Finais

A via pela qual Cuba chegou ao socialismo é muito peculiar. Eu não diria, como Che, que nesse sentido a experiência de Cuba vai ser paradigmática, vai se repetir. Agora, essa revolução sim, porque os povos não têm alternativa (FERNANDES, 2012, p.323)

Compreender os processos históricos cubanos, ao longo de extensos períodos de embates contra as intromissões externas, requer desprender-se de simplismos. Desde as “revoluções interrompidas” do século XIX, até o movimento guerrilheiro de *Sierra Maestra*, as lutas em Cuba repercutiram muito além do Mar do Caribe, levando à proliferação de ideias progressistas e nacionalistas em pontos diversos da América Latina. No dizer Fernandes (2007, p. 340), “Cuba é um dos países socialistas mais autênticas e o único que imprimiu vida estuante própria ao princípio da liberdade igualitária”.

Em que pese os 60 anos de introdução do bloqueio, o papel de Cuba perante a comunidade internacional do mundo globalizado permanece sendo o de relíquia de uma guerra sem piedade, supostamente aceita como fria, fator que segue, em pleno século XXI, obstaculizando o desenvolvimento econômico da Ilha. As constantes referências à soberania e à construção da nacionalidade, com seus avanços, recuos e contradições, aparecem de forma contundente nos processos históricos após o triunfo do movimento rebelde em 1959. Assim, combinando o passado de lutas com o anti-imperialismo e os valores da nacionalidade com o socialismo, o movimento revolucionário cubano engendrou um discurso próprio, buscando raízes na sua cultura. Florestan, comprometido com a superação do domínio do capital sobre o trabalho, demonstrou que este caminho em Cuba foi peculiar e, por isso mesmo, não seria passível de ser “copiado”. O legado de José Martí, entrelaçado às ideias de Marx, acabou por produzir uma recepção do marxismo distinta daquelas até então hegemônicas no continente americano. A combinação desses fatores provavelmente são o

sustentáculo capaz de explicar a continuidade do regime cubano após a extinção da URSS, mesmo com a pressão internacional e o fortalecimento do bloqueio imposto a Cuba, que o sociólogo brasileiro acompanhou em seus últimos anos de vida.

Em meio às situações adversas criadas no país depois dos anos de 1990, a memória constantemente avivada dos feitos históricos das revoluções inconclusas dos séculos XIX e XX, vem atuando para aglutinar parcelas significativas da população, mesmo aquelas que em algum momento manifestaram reservas ao governo da Ilha. A mudança geracional em Cuba não implicou em alterações que apontem o abandono ou mesmo o arrefecimento da estratégia de consolidação do orgulho e da autoestima do "ser cubano", alimentada pelo discurso dos dirigentes revolucionários. Esse caminho, que busca a solidificação dos valores da nacionalidade, tem seus alicerces fincados na Educação.

Não se pode deixar de assinalar que as perspectivas de desenvolvimento em Cuba, nas condições da globalização, têm um caráter polêmico e, para tanto, a sua materialização dependerá de circunstâncias externas incontornáveis. Tampouco, há que se analisar isoladamente as medidas atualmente em curso sem levar em conta as debilidades no atraso tecnológico de informação e de aplicação das novas tecnologias. É possível validar a posição de que apenas quando for superado o enfrentamento ideológico, produto da Guerra Fria, que se estende em Cuba, e derrubadas as barreiras comerciais, que restringem a circulação comercial e tecnológica, o sistema realmente poderá ser colocado em xeque no tocante às políticas corretivas dos desequilíbrios distributivos no conjunto dos câmbios.

A partir de 2007, período em que a denominada geração histórica está deixando os cargos diretivos, com a economia em moderadíssimo crescimento, as novas diretrizes sociais e econômicas em Cuba representam a tentativa de repartição dos frutos de parcos avanços e a maior inclusão dos grupos em desvantagem social, que sofreram com a grande crise dos anos de 1990. Essa linha de transformações é marcada pela reorganização

do trabalho no setor estatal e pelo estímulo ao emprego em outros setores, com o incremento de diversas práticas, conhecidas em Cuba como *cuentapropismo ou autoempleo*. Com medidas reconhecidamente válidas por todas as organizações de massa cubanas e necessárias ao desenvolvimento sustentável, a adoção do trabalho por conta própria, introduziu mais de 200 ofícios exercidos de forma individual ou em cooperativas, tais como, pedreiro, eletricista, manicure, barbeiro, costureira, marceneiro, borracheiro, relojoeiro, tapeceiro e sapateiro, entre outros. Seguindo a linha das concepções de Florestan, acerca da sociabilidade do trabalho diante da perversidade da ordem do capital financeiro, monopolista e de sua crise estrutural, o contexto cubano, por conseguinte, necessita ser entendido na sua essência.

Em meio à complexidade desse processo, como aponta “Da Guerrilha ao Socialismo” é possível reconhecer na população cubana anseios próprios, propensos a entrelaçar a trajetória pessoal com a trama histórica do país, a qual oscila, de uma forma periódica, entre o passado de lutas, o presente marcado por dificuldades e os interrogantes do futuro.

Referências

ACOSTA MATOS, Eliades. **El Apocalipsis según San George**. La Habana: Ediciones Abril, 2005.

ACOSTA, Tomas Diez. **Octubre de 1962: a un paso del holocausto**. La Habana: Editora Política, 2008.

BARNET, Miguel. **Biografía de un cimarrón**. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1977.

BLANCO CASTIÑEIRA, Katiúska. **Fidel, el monte en la piel**. In: SAXE-FERNÁNDEZ John. **Yo soy Fidel: pensamiento y legado de una inmensidad histórica**, Saxe-Fernández John. Buenos Aires: Clacso, 2018. p. 21-46

BUCH, Luis M.; SUÁREZ, Reinaldo. **Gobierno revolucionario cubano: primeros pasos**. La Habana: Ciencias Sociales, 2004.

COMISIÓN DE HISTORIA DEL SINDICATO DE TRABAJADORES DE LA EDUCACIÓN, LA CIENCIA Y EL DEPORTE (SNTECD). **Un legado ejemplar. Historia del sindicato de los educadores: apuntes.** La Habana: Editorial Pueblo y Educación, 2002.

CUBA (República de). La Educación en Cuba. In: PEDAGOGÍA 99: **Encuentro por la unidad de los educadores.** La Habana, 1999.

FERNANDES, Florestan. **Florestan Fernandes na constituinte: leituras para a reforma política.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo Expressão Popular, 2014.

_____. **Da Guerrilha ao socialismo: a revolução cubana.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. **O Que É Revolução?** São Paulo: Editora Brasiliense, 1981

_____. **Da Guerrilha ao socialismo: a revolução cubana.** São Paulo: T.A. Queiroz, 1979.

HARNECKER, Marta. **Fidel: La Estrategia Política de la Victoria.** La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2001.

MARTÍ, José. **Obras completas.** La Habana: Ciencias Sociales, 1975.

MARTÍNEZ HEREDIA, Fernando. **El poeta y la revolución.** In: El corrimiento hacia el rojo. La Habana: Editorial Letras Cubanas, 2001, p. 163-179.

PÉREZ JR, Louis A. **Cuba en el imaginario de los Estados Unidos.** La Habana: Editorial Ciencias Sociales, 2018.

_____. **Ser Cubano:** identidad, nacionalidad y cultura. La Habana: Editorial Ciencias Sociales, 2016.

PÉREZ SUAREZ E CANER ROMÁN. **Los primeros años de la revolución.** Editorial Ciencias Sociales, 2006.

RODRÍGUEZ RIVERA, Guillermo. **Por el camino del mar: los cubanos.** La Habana: Boloña, 2005.

RAMONET, Ignacio. **Cien Horas con Fidel.** La Habana: Oficina de Publicaciones del Consejo de Estado, 2006.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2007.

SOSA RODRÍGUEZ, Enrique; PENABAD FÉLIX, Alejandrina. **Historia de la educación en Cuba.** La Habana: Pueblo y Educación, 1997.

VITIER, Cintio. **Ese Sol del mundo moral**. La Habana: Centro de Estudios Martianos, 2011.

ZALDÍVAR, Julio César Guanche. **A democracia em Cuba. Estudos Avançados**. São Paulo, v. 25, n. 72, p. 19-28, agosto 2011.